



Notícias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 07 a 11 de maio de 2018.

1. PODER LEGISLATIVO -

1.1 TRABALHO E PREVIDÊNCIA

[Sindicatos defendem mudanças em projeto que regulamenta a profissão de aeroportuário](#)

Empresas prestadoras de serviços auxiliares em aeroportos e trabalhadores da segurança de voos defenderam, nesta terça-feira (8), a retirada de tarefas executadas por suas categorias do projeto de lei que regulamenta as atividades fundamentais do trabalhador aeroportuário (PL 6172/16). O argumento é que elas são independentes daquelas dos aeroportuários. O assunto foi discutido na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a pedido do relator da proposta, deputado Cabo Sabino (Avante-CE).

[Comissão aprova proposta que inclui na CLT a obrigatoriedade de teste de acuidade visual dos empregados](#)

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou proposta que torna obrigatório o exame oftalmológico dos empregados. O Projeto de Lei 3550/15, do deputado Bacelar (Pode-BA), acrescenta dispositivo na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Decreto-Lei 5.452/43). O texto foi aprovado na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Hiran Gonçalves (PP-RR), a fim de limitar o exame ocupacional a teste de acuidade visual, que pode ser realizado por qualquer médico sem a necessidade de equipamentos sofisticados, e indicar o exame oftalmológico em situações especiais ou para profissionais expostos a determinados riscos ocupacionais.

[Comissão aprova ampliação de licença-maternidade para mulheres que trabalham em embarcações e plataformas](#)

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher aprovou na quarta-feira (9), com emenda, proposta que amplia de 4 meses para 6 meses o período de licença-maternidade da mulher que trabalha em embarcações da marinha mercante, de navegação fluvial e lacustre, de tráfego nos portos ou de pesca. A relatora, deputada Ana Perugini (PT-SP), recomendou a aprovação do Projeto de Lei 1145/11, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), com alteração que estende a licença-maternidade a mulheres que trabalham em plataformas fixas. “Sugerimos emenda para incluir no texto as plataformas fixas, que são normalmente rebocadas”, explica a relatora.

1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

[Rodrigo Maia recebe proposta de combate ao tráfico de armas e drogas](#)

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, recebe nessa terça-feira (8) o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, quando será feita a entrega do anteprojeto de lei sobre o combate ao tráfico de drogas e armas. Moraes presidiu uma comissão de juristas, criada por Maia em outubro do ano passado, para elaborar uma proposta com “medidas investigativas, processuais e de regime de cumprimento de pena”.



Projeto torna obrigatório aparelho de identificação biométrica em estádios

A Câmara dos Deputados analisa proposta que obriga as entidades responsáveis pela organização de evento esportivo a instalar aparelhos de identificação biométrica que identifiquem os torcedores judicialmente impedidos de frequentar estádios esportivos. A medida consta no Projeto de Lei 10089/18, apresentado pelo deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD-RS). Pelo texto, que altera o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei 10.671/03), a obrigação valerá para estádios com capacidade para mais de 10 mil pessoas.

Maia quer votar penas mais duras para crime organizado no País

O presidente da Câmara recebeu nesta terça-feira anteprojeto de lei sobre o tema, elaborado por grupo de juristas coordenado pelo ministro do STF Alexandre de Moraes. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, espera colocar em votação no Plenário da Casa, em até 40 dias, projetos que tornam mais rígidas as penas para o crime organizado. O texto do anteprojeto de lei da comissão de juristas criada por Maia e coordenada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes foi entregue nesta terça-feira (8), e propõe o endurecimento da legislação para os crimes de tráfico de drogas, de armas e de formação de milícias. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, também participou do encontro.

Deputados avaliam segurança pública de Santa Catarina

Parlamentares da Bancada de Santa Catarina e representantes da Secretaria de Segurança Pública do estado e do Comando da Polícia Militar reúnem-se nesta quarta-feira (9), no auditório Nereu Ramos, para discutir os registros de violência no estado. De acordo com a Secretaria Estadual de Segurança Pública, Santa Catarina registrou queda no número de latrocínios (roubos seguidos de morte) e aumento no número de homicídios dolosos no primeiro semestre de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016. No mesmo período a taxa de homicídios no estado foi de 12,3 mortes intencionais por 100 mil habitantes. No entanto, em 184 cidades catarinenses essa taxa foi zero, ou seja, não houve registro de assassinato nesses municípios.

Comissão debate, em Fortaleza, lei que remete à PF a investigação de crime virtual contra mulheres

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias discute hoje, em Fortaleza (CE), a aplicabilidade da Lei 13.642/18, que delega à Polícia Federal a atribuição de investigar crimes associados à divulgação de mensagens de conteúdo misógino (que propagam ódio ou aversão às mulheres) pela internet. O debate foi proposto pela deputada Luizianne Lins (PT-CE), autora do projeto que deu origem à lei. Ao atribuir a investigação desses crimes à PF, a lei tem o objetivo de coibir a ocorrência de casos como o da ativista feminista Lola Aronovich, professora de Literatura em Língua Inglesa na Universidade Federal do Ceará (UFC) e autora do blog Escreva Lola Escreva. Ela foi vítima de ataques e ameaças online no ano passado, sem que a polícia conseguisse identificar os responsáveis.

1.3 POLÍTICA

Plenário inicia Ordem do Dia com votação de urgência para projeto do STJ

Teve início há pouco a Ordem do Dia do Plenário da Câmara dos Deputados.

Está em votação requerimento de urgência para o Projeto de Lei 9557/18, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que cria a função de corregedor-geral da Justiça Federal e também a de vice-corregedor geral.



Aprovada urgência para projeto que cria a função de corregedor-geral da Justiça Federal

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, por 283 votos a 6, o regime de urgência para o Projeto de Lei 9557/18, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que cria a função de corregedor-geral da Justiça Federal e também a de vice-corregedor geral. Está em debate, neste momento, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 411/17, que torna obrigatória a participação dos cidadãos no chamado cadastro positivo, gerenciado por bancos de dados que atribuem notas ao consumidor com base em seu histórico de bom pagador. A oposição apresentou requerimento de retirada de pauta da matéria.

Câmara instala comissão especial sobre proposta que restringe foro privilegiado

Texto em análise é mais amplo do que decisão do Supremo Tribunal Federal

O deputado Diego Garcia (Pode-PR) foi indicado nesta quarta-feira (9) para presidir a comissão especial que vai analisar a restrição do foro privilegiado em caso de crimes comuns (PEC 333/17). A relatoria caberá ao deputado Efraim Filho (DEM-PB) que relatou a PEC na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) quando recomendou a admissibilidade do texto. Garcia afirmou que a ideia é concluir a análise da proposta no colegiado antes do fim do ano e deixar o texto pronto para ser votado em Plenário quando a intervenção federal acabar. Esse é o posicionamento oficial da Casa já anunciado pelo presidente, Rodrigo Maia.

Maia descarta suspender intervenção para votar PEC do Foro Privilegiado

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, não acredita ser possível suspender a intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro para votar a Proposta de Emenda à Constituição que restringe o foro privilegiado nos casos de crimes comuns (PEC 333/17). Segundo Maia, a intervenção ainda não apresentou os resultados esperados e, oficialmente, a estrutura administrativa ainda não foi criada já que o interventor não recebeu os recursos para nomear os servidores para os cargos comissionados. “Não estou vendo essa janela [de interromper a intervenção para votar a PEC]. Talvez, em algum momento, quando o interventor tiver os cargos comissionados já liberados para nomear a estrutura administrativa”, afirmou o presidente.

1.4 DIREITO E JUSTIÇA / DIREITOS HUMANOS

Comissão que discute novo Código de Processo Penal escolhe presidente

A comissão especial que debate o novo Código de Processo Penal (PL 8045/10 e apensados) reúne-se hoje para a eleição do presidente do colegiado. A comissão também iniciará o debate prévio da minuta de substitutivo apresentada pelo relator-geral, deputado João Campos (PRB-GO). Na última reunião a minuta de substitutivo foi apresentada, mas não houve eleição do presidente devido ao início da Ordem do Dia.

09/05/2018 - 10h17

Maia convoca integrantes de comissão especial que vai analisar restrição do foro privilegiado

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, convocou os integrantes da comissão especial que vai analisar a restrição do foro privilegiado em caso de crimes comuns para reunião de instalação do colegiado nesta tarde. Maia criou o colegiado em dezembro do ano passado, após a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovar a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 333/17, mas os líderes partidários ainda não concluíram a indicação de seus integrantes. De acordo com o ato de criação, 35 deputados farão parte da comissão. Ainda faltam 8 vagas para serem preenchidas pelos partidos/blocos, mas já há maioria para que o colegiado seja instalado.



[Pedido de audiência sobre PEC que permite prisão após segunda instância provoca novo impasse na CCJ](#)

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania encerrou os trabalhos nesta quarta-feira (9) após um pedido de votação nominal feito pelo PT para o requerimento que previa um debate sobre prisão após condenação em segunda instância. O texto acabou não sendo aprovado por falta de quórum. O requerimento foi apresentado pelo deputado Rubens Bueno (PPS-PR). Ele é relator de uma proposta de emenda à Constituição (PEC 410/18) que deixa clara no texto constitucional a possibilidade de prisão depois da condenação na segunda instância. A deputada Maria do Rosário (PT-RS) sugeriu que, para que o tema fosse aprovado, fosse retirada do requerimento qualquer referência à PEC. “Nenhuma alteração constitucional pode ser pressionada em momentos de intervenção federal; tiremos a referência à PEC em si e façamos a discussão do conteúdo.”

[CCJ aprova medidas para ampliar participação social no processo legislativo](#)

O texto estabelece, entre outros pontos, que os cidadãos possam contribuir com sugestões por meio de fóruns e outros canais do portal da Câmara na Internet. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou o Projeto de Resolução (PRC) [217/17](#) que tem como objetivo garantir a transparência e a ampla participação da sociedade no processo legislativo. A proposta, de autoria do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), foi aprovada na forma do substitutivo do deputado Pedro Cunha Lima (PSDB-PB). Segundo Eduardo Barbosa, "a Câmara faz parte de um movimento internacional de um Legislativo aberto, um movimento que cresce no mundo e que tem o compromisso de diálogo constante e permanente com a sociedade", informou ao citar os motivos que o levaram a apresentar a proposta.

1.5 RELAÇÕES EXTERIORES

[Comissão que acompanha situação de venezuelanos visita acampamentos em Roraima](#)

A comissão externa da Câmara dos Deputados que acompanha o fluxo crescente de imigrantes venezuelanos estará hoje em Boa Vista (RR). Às 10 horas, os deputados se reunirão com o chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, coronel Georges Feres Kanaan. Após o encontro, visitarão os acampamentos onde se encontram os venezuelanos. Com a crise política e econômica na Venezuela, desde 2015 o estado de Roraima tem recebido milhares de imigrantes em busca de refúgio e meios de sobrevivência. A comissão, que tem nove integrantes e é coordenada pelo deputado Carlos Andrade (PHS-RR), foi criada no final de fevereiro para avaliar os impactos do fluxo migratório na região, os problemas enfrentados pela população local e pelos imigrantes, as ações de assistência emergenciais e o cumprimento das garantias dos direitos humanos.

1.6 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agenda da semana

Link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/555786-AGENDA-DA-SEMANA.html>





2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

[CCJ vai debater projeto que obriga preso a ressarcir despesas com sua manutenção](#)

O preso deverá ressarcir o Estado das despesas com sua manutenção. A determinação está no PLS 580/2015, do senador Waldermir Moka (PMDB-MS), que será debatido em audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10 h desta terça-feira (8). O projeto altera a Lei de Execução Penal para determinar que o ressarcimento é obrigatório, independentemente das circunstâncias, e que se não possuir recursos próprios, o apenado pagará com trabalho. O autor alega que, se a assistência material for suportada pelo preso, sobrarão recursos para serem aplicados na saúde, educação e infraestrutura do país.

[Representantes de servidores veem ameaça em projeto de lei que trata da compensação previdenciária](#)

Representantes de entidades de servidores públicos alertaram nesta segunda-feira (7) para uma espécie de "reforma da previdência disfarçada" em tramitação no Senado. O alerta foi feito durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para discutir o PLS 395/2017. O texto tem como assunto principal a compensação previdenciária entre os entes federativos, mas, de acordo com os participantes, traz embutida a possibilidade de triplicar a alíquota de contribuição dos servidores. Com a compensação previdenciária os entes federativos custeiam benefícios de contribuintes que estavam anteriormente vinculados a outro regime. Esse é o caso, por exemplo, de um servidor municipal que passa em concurso para cargo federal. Apesar de ser essa a ementa do projeto, os participantes da audiência disseram ter descoberto, em outros artigos, regras que prejudicam o conjunto dos servidores públicos.

[Criação do Sistema Único de Segurança Pública pode ser votada na CCJ](#)

Prevista para durar 10 anos, a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) pode ser votada, nesta quarta-feira (9), pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios terão dois anos para elaborar e implantar seus planos de segurança, enquanto as ações projetadas em âmbito nacional serão avaliadas anualmente. Demanda estabelecida pela Constituição Federal, esse conjunto de políticas integra projeto de lei da Câmara (PLC 19/2018), de iniciativa da Presidência da República, com aprovação recomendada pelo relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

[Senado aprova prisão domiciliar para gestantes e mães condenadas pela Justiça](#)

Gestantes, mães de crianças até 12 anos ou responsáveis por pessoas com deficiência poderão trocar a prisão preventiva por prisão domiciliar. É o que estabelece o PLS 64/2018, aprovado pela Plenário do Senado nesta terça-feira (8). O projeto, que segue para a análise da Câmara dos Deputados, também permite que mulheres já condenadas e presas nessas condições passem imediatamente à progressão de pena. O projeto torna lei uma decisão de 2016 do Supremo Tribunal Federal que permitiu a troca da prisão preventiva pela domiciliar para grávidas e mães de crianças de até 12 anos ou de crianças com deficiência.



Eunício e Rodrigo Maia recebem de Alexandre Moraes anteprojeto sobre combate ao crime organizado

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre Moraes entregou nesta terça-feira (8) aos presidentes do Senado Federal, Eunício Oliveira, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, um anteprojeto que aumenta o rigor no combate ao crime organizado, relacionado ao tráfico de armas, drogas e à organização de milícias. Alexandre Moraes presidiu uma comissão de juristas criada por Rodrigo Maia em outubro do ano passado para elaborar uma proposta com “medidas investigativas, processuais e de regime de cumprimento de pena”.

Convidados divergem sobre criação do Ministério da Segurança Pública

A comissão mista da Medida Provisória 821/2018, que criou o Ministério Extraordinário da Segurança Pública, ouviu em audiência pública nesta quinta-feira (10) o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo e os secretários-executivos do novo ministério e do Ministério da Justiça. A MP desmembrou o Ministério da Justiça para criar a nova pasta, dedicada apenas à segurança pública. O governo considera necessária a criação do ministério extraordinário para acelerar a integração da segurança pública em todo o território nacional, em cooperação com estados e municípios, e para tentar conter a sensação de insegurança da população. Mas, para o ex-ministro da Justiça na gestão Dilma Rousseff, José Eduardo Cardozo, a violência não será reduzida dessa forma.

3. PODER JUDICIÁRIO

3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Decano rejeita trâmite de ação sobre aplicação de teto remuneratório em estatais do DF

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), não conheceu (rejeitou a tramitação) da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 52, ajuizada pelo governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, com o objetivo de ver confirmada a validade do parágrafo 5º do artigo 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), que determina, em âmbito local, a aplicação do “teto remuneratório em todas as estatais distritais e suas subsidiárias”. De acordo com o relator, o uso de ADC é inadequado para resolver controvérsia jurídica envolvendo lei ou ato normativo de estado-membro ou do DF, pois, segundo o artigo 102, inciso I, alínea “a”, da Constituição Federal, o objeto desse tipo de ação se restringe às leis ou atos normativos federais, condição jurídica que a Lei Orgânica do Distrito Federal não ostenta.

Ministro Marco Aurélio remete à 1ª instância 17 inquéritos e 4 ações penais

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, determinou a remessa à primeira instância de 17 inquéritos (INQ) e 4 ações penais (AP) de parlamentares federais, em razão da decisão plenária que restringe as hipóteses de prerrogativa de foro no STF. De acordo com questão de ordem julgada na (AP) 937, devem permanecer em trâmite do Supremo apenas os processos relacionados a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas, e enquanto não for encerrada a etapa de instrução processual, até que seja proferido o despacho que determina à defesa a apresentação das alegações finais.

6. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME



RECOMENDAÇÃO Nº 001/2018 PGJ/PJM/CEAPM – CEARÁ

O Ministério Público que atua junto à Justiça Militar Estadual do Ceará baixou a recomendação **Nº 001/2018 PGJ/PJM/CEAPM** sobre procedimentos a serem adotados após o advento da Lei 13.491/17 que alterou procedimentos referentes à Polícia Judiciária Militar conforme abaixo:

OS LIMITES DO PODER NORMATIVO DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

Resumo: O artigo resulta da investigação científica, no plano jurídico, dirigida a sondar e apresentar um ensaio teórico, capaz de apontar os limites para o exercício do poder de polícia na produção de atos administrativos normativos e os fundamentos desses limites, dentro do conceito do Estado democrático de direito.

NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

7. CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

Facebook: <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>

Twitter: <https://twitter.com/realfeneme>

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br

Brasília, 14 de maio de 2018.